



EDITORIAL



O exílio é insuportável.

[...]

*Somos folhas jogadas ao vento, não temos raízes.
O amor pela terra onde nascemos floresce e a saudade é algo concreto.
É uma dor fininha machucando o peito.
A gente só suporta pela certeza da volta.*

Encontramo-nos com os versos de Derlei Catarina De Luca, retirados do livro *No corpo e na alma* (2002), sentindo a “dor fininha machucando o peito” pela falta que ela já nos faz.

Mulher forte, nascida em Içara/SC, professora de História, ex-presa política durante a ditadura, lutadora incansável, ela nos ensinou que a consolidação da democracia no País é uma luta permanente, por isso nos cabe fazer com que sua voz continue ecoando em nossas ações e pesquisas.

À querida Derlei, que deixa saudade, mas, acima de tudo, um legado de luta e resistência, dedicamos o Dossiê **Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia**, em homenagem a um projeto de vida por memória e justiça.

Inspirados em seu exemplo, gratos por seus ensinamentos, seguiremos (re)significando os sentidos sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, que não cessam de irromper, exigindo, ainda e sempre, uma reconstrução engajada do passado, na busca por alcançar o máximo de justiça possível na reparação dos danos causados, bem como o reconhecimento pelo tanto que se lutou pela democracia neste País.

Foi com este comprometimento que, em 2014, Derlei esteve conosco na UNISUL palestrando a professores e alunos da graduação. E, a partir desta e de outras tantas conversas, em 2015 iniciamos a pesquisa de Estágio de Pós-doutorado (IEL-UNICAMP), sob a supervisão da Profª. Dra. Eni P. Orlandi, com o objetivo de refletir sobre os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, num espaço de dizer agora legitimado no interior do próprio Estado.



Juntamo-nos, então, a outras pesquisas realizadas em nossa Universidade e a engajamentos sociais, como o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça e o Projeto Clínicas do Testemunho, ambos nos apresentados por Derlei, para lançarmos o **Projeto Marcas da Memória**, com o objetivo de promover um espaço de discussão dedicado à memória, à justiça e à reflexão crítica sobre os regimes de exceção vividos na América do Sul, em especial no Brasil, e seus reflexos no presente.

Dividindo a idealização e organização do evento com a Profa. Me. Carla Aparecida Marinho Borba, Coordenadora de Relações Internacionais da nossa Universidade, acreditamos que a história da Ditadura no Brasil precisa ser discutida permanentemente no espaço acadêmico como exercício de cidadania, cuja contribuição vem se dando, para nós, a partir de diferentes olhares, principalmente daqueles que viveram, conviveram e/ou foram vítima de um regime que, sob o pretexto de salvar a pátria da corrupção e da desordem, calou, por duas décadas, as vozes que lutavam por democracia.

É necessário rememorar este passado, mas não só. Precisamos voltar ao passado para ressignificá-lo no presente e aprender com/sobre ele. E foi este o propósito que nos levou à **I Semana Marcas da Memória: mostra de cinema**, em 2015, numa parceria com Ministério da Justiça/Comissão da Anistia, Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), SINPAAET e cursos de graduação da Universidade. A participação efetiva de alunos, professores e comunidade externa nos levou à **II Semana Marcas da Memória: Direitos Humanos, Justiça de Transição e Anistia**, em 2016, e à **III Semana Marcas da Memória: Direitos Humanos, Mídia e Educação** em 2017.

E é com base neste trajeto realizado a várias mãos e construído de maneira sólida porque resultado da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que, com muita alegria, apresentamos o conjunto das discussões travadas nas três edições do evento neste Dossiê da Revista Memorare: **Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia**, objetivando alcançar uma discussão mais ampla e interdisciplinar sobre a política e o político, enquanto espaço de contradições e relações de poder a serem postas em debate permanentemente.

Inicia o Dossiê o artigo **Formação de professores/as para a memória, verdade e justiça**, em que Camila Tribess apresenta sua experiência de consultoria junto à



Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, entre os anos de 2015 e 2016, na frente que tratava da formação de educadores/as e professores/as sobre a questão dos direitos humanos, em especial, ditadura civil-militar, memória, verdade e justiça em sala de aula. Para além de compartilhar uma ação social, seu texto vai reforçar a necessidade da ampliação de políticas públicas de preservação à memória política brasileira e seu uso efetivo na educação dos/as jovens.

Também a partir da experiência na Fundação Nacional do Índio, como indigenista junto às comunidades Apinajé, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes apresenta, em **Os Apinajé e os projetos de desenvolvimento econômico durante o regime militar no Brasil**, a relação entre o regime militar e a Amazônia brasileira, pautando-se por projetos de monitoramento, de vigilância territorial, de etnodesenvolvimento e de fortalecimento cultural desenvolvidos na comunidade. Trata-se de uma necessária reflexão sobre o modo como tais políticas vão impactar os aspectos socioculturais dos Apinajé, denunciando parte dos diversos crimes cometidos pelo Estado contra as populações indígenas.

Rafaela Duarte nos apresenta, em **O movimento Diretas Já em 1984 e a participação dos catarinenses**, a participação popular e de diferentes setores da sociedade brasileira na campanha pelo retorno das eleições diretas, após arbitrariedades impostas por duas décadas de regime militar ditatorial. Por meio de jornais de Santa Catarina, a autora vai reconstituindo momentos de luta e de engajamento dos catarinenses na maior manifestação cívica do país até então: o movimento *Diretas Já*.

Em **A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória**, fruto das discussões teóricas entre orientadora e orientanda, Andréia da Silva Daltoé Juliene da Silva Marques apresentam uma análise discursiva do voto do Deputado Jari Bolsonaro, que, ao justificar o sim em favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, presta homenagem ao Capitão Brilhante Ustra, militar acusado de crimes praticados no interior dos aparelhos de Estado durante a Ditadura no Brasil. A homenagem vai levar a diferentes direções de sentido, o que as autoras tentarão analisar a partir das condições em que se dão e das relações de poder engendradas ali.

Em **Direito à verdade e à memória: impactos da sentença do caso Gomes Lund e outros**, Lucas Vicente Comassetto nos apresenta os impactos desta sentença para a promoção do direito à verdade e à memória no Brasil, cuja análise se pauta em



relatórios de cumprimento de sentença encaminhados pelo Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Apesar de a sentença ter determinado ao País sistemáticas atividades para promover o direito à verdade e à memória, Comassetto vai alertar sobre a necessidade de o Estado dar continuidade a outras ações, principalmente, aquelas relacionadas ao enfrentamento dos legados autoritários, que ainda desfrutam de grande influência e obstaculizam o processo de justiça de transição brasileiro.

O Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA /Núcleo Santa Catarina, parceiro do Marcas da Memória, surge de um longo processo de responsabilização do Estado e da sociedade civil brasileira na promoção da justiça, da verdade e da memória daquelas pessoas afetadas pela violência de Estado no período compreendido entre 1946 e 1988. Marilena Deschamps Silveira nos traz parte deste importante trabalho em **Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**, refletindo sobre o testemunho como dispositivo clínico-político, capaz de revelar uma história que esteve submetida ao silenciamento e, como tal, intervém buscando impedir a repetição da violência como sintoma social na atualidade e no futuro.

Rogério Santos da Costa nos apresenta, no artigo **Autonomia ou barbárie: memórias de pipas, protestos e livros**, uma narrativa riquíssima de sua experiência pessoal com a ditadura militar no Brasil, marcando, em seu fio condutor, legados do período militar em elementos presentes na sociedade brasileira: diminuição das desigualdades, igualdade de gênero, egoísmo, machismo, temas estes que respondem até hoje por conflitos contemporâneos. Misturando percepções pessoais, vivências e conhecimentos desenvolvidos nas trajetórias de vida e profissional, o autor agrega elementos ao debate da ditadura militar no Brasil, seu legado danoso e a situação peculiar de uma Democracia que teima em se consolidar.

Na segunda metade do século XX, Argentina e Brasil viveram períodos autoritários nos quais, ao aplicar-se a Doutrina de Segurança Nacional, ocorreram constantes violações aos direitos humanos. Ainda que tenham sido instaladas “novas democracias” com os processos transicionais destes países, é possível observar a permanência de legados autoritários que se mantiveram apesar do fim dos regimes de exceção. É partindo deste contexto que Bruno Mello Souza e Carlos Artur Gallo nos trazem a pesquisa **Legados culturais do autoritarismo: elementos para uma análise sobre o Brasil e a Argentina**, procurando analisar quais resquícios dos regimes



autoritários na cultura política argentina e brasileira seguem presentes na atualidade e como seria possível superá-los.

Bárbara Mendes Rauen e Andréia da Silva Daltoé apresentam o texto **Lei da anistia e Comissão Estadual da Verdade de SC: a busca pela reparação de um passado**, que reúne parte das pesquisas realizadas durante o Projeto de Iniciação Científica (PIBIC-2014/2015/UNISUL), dos quais as autoras participaram como bolsista-pesquisadora e supervisora, respectivamente. Na tentativa de lançar um olhar sobre as vítimas da Ditadura da região sul do País, Rauen e Daltoé se propuseram a analisar o modo como (ou se) as vítimas e/ou seus familiares compreendem o papel da Lei da Anistia e dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade de SC na reparação dos crimes cometidos durante o regime.

Encerrando o Dossiê, temos o artigo **As Relações Interamericanas e a Implementação da Ditadura Civil-Militar no Brasil em 1964: reflexões sobre o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia imperial dos Estados Unidos**, em que Luciano Daudt da Rocha apresenta uma importante análise das relações interamericanas no contexto da implementação da ditadura civil-militar no Brasil. A pesquisa discute o papel da América Latina no processo de expansão da hegemonia dos Estados Unidos no sistema internacional a partir de desdobramentos do pós-guerra, cuja expansão segue com ações de política externa, salvaguardando os interesses de segurança e comerciais dos Estados Unidos no sistema internacional.

É, portanto, com a contribuição destas pesquisas, que vêm de diferentes áreas, como História, Ciência Política, Relações Internacionais, Psicanálise, Análise do Discurso, Direito, que desejamos a todos uma leitura reflexiva e problematizadora sobre uma preocupação que nos é cara e que nos aproxima: a relação entre passado e presente e o modo como seguimos na busca por uma democracia que está sempre a ser construída, exigindo-nos permanente estado de alerta.

Que os trabalhos aqui nos desinstalem e nos levem a outras leituras!

Profa. Dra. Andréia da Silva Daltoé

Organizadora do Dossiê

DOI: 10.19177/memorare.v4e320171-5



REVISTA
MEMORARE

 **UNISUL**
UNIVERSIDADE DO SUL DE BRASILEIA
www.portaldeperiodicos.unisul.br
ISSN 2358-0593